



COMPETITIVIDADE, DESEMPREGO E MISÉRIA SOCIAL

Fernando Coutinho Garcia
Adriane Vieira

Para fazer frente à competitividade externa, o sistema produtivo brasileiro teve que promover profundas mudanças na organização das empresas, flexibilizando as relações de trabalho - trabalho por conta própria, tempo parcial e por tempo determinado - no âmbito da formulação de políticas públicas, restringindo os direitos sociais (reformas previdenciária e administrativa) e as práticas corporativas das lideranças sindicais (greve dos petroleiros em 1995).

Em suma, o ajuste macroeconômico decorrente da globalização dos mercados impactou profundamente a classe trabalhadora, seja reduzindo salários, seja aumentando espetacularmente a taxa de desemprego no

país, que atingiu níveis até então inimagináveis na nossa história.

Nesse quadro, é mister reconhecer que a busca da competitividade e da produtividade provocou profundas modificações nas relações sociais de produção, com o pensamento hegemônico da *new right* impingindo ao movimento sindical as pechas de corporativismo, de intransigência e de pré-modernidade.

A indiferença e o menosprezo, nos meios intelectuais, diante dessas novas questões da agenda econômica e social do país, têm reforçado a proposta patronal de remoção e enterro do nosso ainda incipiente sindicalismo, como se se tratasse dos escombros do muro de Berlim.

O ajuste macroeconômico decorrente da globalização dos mercados impactou profundamente a classe trabalhadora, seja reduzindo salários, seja aumentando a taxa de desemprego no país.

Isso apenas demonstra a falta de maturidade da cultura industrial do país, onde o diálogo entre os atores sociais - empresários, sindicato e governo - carece de articulação e a produção da comunidade científica na área das ciências sociais é restrita.

O bem-sucedido hoje é a sociedade pós-industrial, o pós-fordismo e o pós-trabalho, absolutamente precarizado nos moldes que os americanos chamam de mcjobs, com a reengenharia encarregando-se de promover a mais brutal e dolorosa onda de demissões a que a sociedade brasileira já assistiu.

Com um parque industrial defasado, o necessário investimento em capital fixo, como máquinas de tecnologia de base microeletrônica, em composição com as novas tecnologias organizacionais, como o controle de qualidade total, têm conseguido alterar o processo de trabalho e com ele o conjunto de tarefas e o perfil da força de trabalho.

Em nome das novas exigências da produção, são estabelecidos 'novos' atributos - cognitivos, atitudinais e comportamentais - sob o risco de os trabalhadores ficarem fora do mercado de trabalho. Assim, exerce-se forte pressão sobre o sistema educacional para sua adequação em direção a uma educação básica ou profissional de 'qualidade'.

Hoje impera uma visão determinista a respeito dos efeitos das novas tecnologias. Para romper com ela é preciso começar pela compreensão de que as novas tecnologias são, antes de tudo, um fato social. Tanto podem ser desenvolvidas e empregadas para livrar os trabalhadores dos serviços mais árduos e arriscados, quanto podem eliminar postos de trabalho, pela substituição do homem pela máquina automatizada.

As novas tecnologias tanto podem ser desenvolvidas e empregadas para livrar os trabalhadores dos serviços mais árduos e arriscados, quanto podem eliminar postos de trabalho.

A história nos tem mostrado que, nos países onde os trabalhadores lograram uma melhor organização, desafiando o capital, a opção foi alto investimento em tecnologia da informação, com automatização da

maior parte do processo produtivo. Como consequência, obtiveram-se a desarticulação da classe trabalhadora e o retrocesso no campo dos direitos trabalhistas.

Por outro lado, a experiência também tem mostrado que a participação, ou não, dos afetados pelas inovações concorre de forma significativa para o sucesso da introdução de novas tecnologias e para a criação de boas condições de trabalho. O uso que se faz das novas tecnologias pode provocar uma positivação do mundo do trabalho, mas também pode precarizá-lo, quando o trabalhador deixa de ter participação nas alterações do processo de trabalho.

Portanto, o entendimento da atual crise do trabalho passa pela visão de que as mudanças tecnológicas e as relações que as constituem têm sua origem tanto na crise de acumulação do capital, como na resistência empresarial aos trabalhadores organizados. Seja nos países do Norte ou nos países em desenvolvimento do Sul, a centralidade das atividades laborais, como definidoras da construção identitária, da dinâmica econômica e do conteúdo das relações sociais, tem sido estrategicamente negada, enquanto se orquestra um novo discurso para os jovens que entram no mercado de trabalho, centrado na empregabilidade e no espírito empreendedor, exaltando as

mil faces da subjetividade e do processo de individualização crescente.

Tão importantes quanto o fator tecnológico na determinação da qualidade de vida são as relações de produção que se estabelecem e a organização do mercado de trabalho. As tendências atuais de terceirização, precarização, mudança da estrutura ocupacional e aumento do desemprego aberto vêm reforçar a desigualdade na sociedade brasileira.

Tão importantes quanto o fator tecnológico na determinação da qualidade de vida são as relações de produção que se estabelecem e a organização do mercado de trabalho.

Nós, ao contrário, acreditamos que a hora é de muita solidariedade e esforço coletivo para atingirmos um patamar mínimo de cidadania e de civilidade.

Fernando Coutinho Garcia é Professor da Face/UFMG, PhD em Ciência Política.

E-mail: garciafe.bh@terra.com.br

Adriane Vieira é Professora da FACE-FUMEC, doutoranda em Administração pela UFMG.

E-mail: vadri.bh@terra.com.br
